



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº ___, DE 2025

(Do Sr. Zucco)

Requer a criação de Subcomissão Permanente para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução orçamentária e financeira do Acordo de Cooperação Internacional entre a União e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), visando à organização da COP30, que ocorrerá em Belém, Pará, em novembro de 2025.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 29, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e controlar a execução orçamentária e financeira do Acordo de Cooperação Internacional entre a União e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), no valor de R\$ 478.345.805,33 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos), assinado em 18 de dezembro de 2024 e com vigência até 30 de junho de 2026, destinado a organização e realização da COP30, que ocorrerá em Belém, Pará, em novembro de 2025.

A Subcomissão poderá exercer, no que couber, as atribuições previstas no artigo 24, incisos I a XIV, sendo composta por dez membros titulares indicados pelos partidos conforme o princípio da proporcionalidade partidária. Além disso, haverá uma vaga adicional, a ser preenchida em revezamento por um partido que, pela proporcionalidade, não teria direito a uma vaga, totalizando onze membros, com igual número de suplentes.





Justificação

Considerando a reportagem da CNN, datada de 28 de fevereiro de 2025, que revela a assinatura de um Acordo de Cooperação Internacional entre a União e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), no valor de R\$ 478.345.805,33 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos), com vigência até 30 de junho de 2026, visando à organização da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) em Belém, Pará, no mês de novembro de 2025, é imprescindível a criação de uma Comissão Especial Permanente para investigar a gestão desses recursos.

A contratação da OEI, sem processo licitatório, levanta preocupações sobre a destinação de quase meio bilhão de reais para um evento, especialmente considerando a movimentação do Senhor Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, que atuou como Diretor da OEI e, posteriormente, como Secretário-Executivo do Ministério da Educação. Entre janeiro e agosto de 2023, as despesas com a OEI somaram R\$ 17.465.385,15 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos), e durante o período em que Barchini esteve à frente da OEI, os gastos aumentaram significativamente, atingindo R\$ 133.483.593,98 (cento e trinta e três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos), entre agosto de 2024 e janeiro de 2025.

Ao somar os valores gastos até o momento, incluindo o Acordo de Cooperação, o montante totaliza R\$ 676.172.152,25 (seiscentos e setenta e seis milhões, cento e setenta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) nos primeiros dois anos do governo Lula. Caso essa tendência persista, os gastos com a OEI podem ultrapassar R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) em quatro anos, em contraste com os R\$ 78.955.465,45 (setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) gastos na gestão anterior.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Adicionalmente, a incorporação de contribuições voluntárias ao Orçamento da União de 2024, sem exigência de contrapartidas, marca um precedente alarmante. Tais doações, totalizando R\$ 98.092.816,00 (noventa e oito milhões, noventa e dois mil e oitocentos e dezesseis reais), foram realizadas em um contexto onde o governo enfrenta sérias dificuldades financeiras, levantando suspeitas de má gestão e conflito de interesses.

As evidências indicam uma falta de transparência na administração pública, com pagamentos realizados antes da formalização do acordo e a possibilidade de que o fluxo de recursos para a OEI esteja sendo impulsionado por interesses ocultos. A criação de uma Comissão Especial Permanente se faz necessária para investigar essas operações, garantindo a responsabilização e a proteção dos interesses públicos.

Diante do exposto, solicitamos a colaboração dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, a fim de que possamos aprofundar a investigação sobre as graves irregularidades apontadas e assegurar a gestão responsável dos recursos públicos, em respeito ao povo brasileiro.

Sala das Reuniões, de de 2025

Deputado Zucco (PL/ RS)
Líder da Oposição





Requerimento

Deputado(s)

- 1 Dep. Zucco (PL/RS)
- 2 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 3 Dep. Junio Amaral (PL/MG)
- 4 Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)
- 5 Dep. Aluisio Mendes (REPUBLIC/MA)
- 6 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
- 7 Dep. Marcelo Moraes (PL/RS)
- 8 Dep. Wellington Roberto (PL/PB)
- 9 Dep. Daniel Trzeciak (PSDB/RS)
- 10 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 11 Dep. Nikolas Ferreira (PL/MG)
- 12 Dep. Ronaldo Nogueira (REPUBLIC/RS)

